

DOCUMENTO DO VI CONGRESSO:

RENOVAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DA LUTA SINDICAL

1. Conjuntura

Em 2008-2009, com múltiplos impactos mundiais, a crise financeira dos Estados Unidos se desdobrou numa das maiores crises econômicas da história do capitalismo. No Brasil, medidas econômicas arrefeceram os efeitos iniciais dessa crise, mas, ainda que de maneira tardia, ela chegou; e, junto com o aperto neoliberal efetuado no segundo mandato de Dilma, suas consequências se combinaram com – e potencializaram – a enorme crise política desencadeada pelas manifestações de 2013 e pela Operação Lava Jato. Com efeito, após uma eleição acirrada (2014) e com resultado contestado pelos adversários, um golpe jurídico-parlamentar derrubou a presidenta Dilma Rousseff em 2016. Por sua vez, no governo do seu vice, Michel Temer, não apenas as políticas neoliberais foram muito intensificadas como as contrarreformas foram realizadas (teto de gastos, lei da terceirização, alterações na legislação trabalhista), retirando mais direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores. Simultaneamente, a extrema-direita se fortaleceu nas ruas e nas urnas, culminando na eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

Sob a presidência de Bolsonaro, o governo brasileiro se tornou um dos principais bastiões da extrema-direita mundial – posição reforçada com a derrota eleitoral de Donald Trump em 2020. Por conseguinte, políticas neoliberais foram intensificadas (desmonte de direitos, reforma da previdência), políticas e instituições públicas foram eliminadas ou desorganizadas (fiscalização da corrupção, desmatamento, saúde, educação, direitos humanos etc.) e, articulada a isso, houve a implementação de uma agenda político-ideológica reacionária que capturou e deturpou completamente bandeiras liberais e até mesmo da esquerda.

Em meio a isso, uma terrível pandemia ceifou milhões de vidas mundo afora. E, para piorar, a luta contra o Coronavírus não teve que ser travada somente nos locais de trabalho, nas escolas e nos hospitais – o que foi uma árdua luta sanitária –, mas também nas esferas ideológica e comunicacional contra uma rede internacional de desinformação, cujas ideias disseminadas iam da subestimação da letalidade do vírus à prescrição de falsos medicamentos, passando pelo descaso com as medidas de prevenção ao contágio e atraso na compra das vacinas.

Desgraçadamente, no caso do Brasil, essa rede tinha



A mesa de abertura do VI Congresso foi realizada no dia 1 de dezembro de 2022, no Anfiteatro Maior do CLCH da UEL. Da esquerda para a direita: Nilson Magagnin Filho (ex-presidente do Sindiprol/Aduel), Evaristo Colmán (ex-presidente da Aduel), Ronaldo Gaspar (presidente do Sindiprol/Aduel) e Nelson Fujita (um dos fundadores e da primeira diretoria do Sindiprol)

Guilherme Bernardi

seus pontos nodais no âmago do poder executivo federal, com filhos e comparsas de Bolsonaro alimentando o que ficou conhecido como o "gabinete do ódio". Com o apoio dado à disseminação de *fake news* e o boicote à pesquisa e utilização da vacina pelo presidente e muitos de seus ministros, o combate ao Coronavírus no país teve que ser feito muitas vezes sem o apoio e, não raro, contra o óbvio boicote de indivíduos e instituições do governo federal e, em alguns casos, de governos estaduais e municipais. Não é casual, portanto, que, apesar do homérico esforço de muitos, o país tenha tido um elevadíssimo número absoluto de mortes e uma taxa de mortalidade acima da média mundial.

Com Bolsonaro, o país passou por quatro anos de disseminação diária de desinformação e sabotagem no funcionamento dos órgãos estatais. E mais, em meio a ataques sistemáticos aos seus direitos, os trabalhadores tiveram a sua atenção permanentemente desviada destes e dos grandes problemas econômicos e sociais para uma agenda de costumes que os desorganizou ainda mais e dissipou forças importantes que poderiam ter sido canalizadas para as lutas de classes. De qualquer modo, como saldo positivo, é importante frisar que a animosidade de segmentos da população com Bolsonaro (mulheres, negros, LGBTQIA+ etc.) teve inequívoca importância em sua derrota para Lula na eleição presidencial.

No Paraná, as grandes oligarquias agrárias constituem um sustentáculo do atraso político – com seus braços familiares se estendendo para os cargos da burocracia estatal – e um freio ao desenvolvimento industrial do estado, marcado pela forte presença do agronegócio e a histórica prevalência de um perfil político liberal-conservador. Esse conservadorismo foi intensificado pelo fato recente do estado ter sido a sede

da Operação Lava Jato e berço de figuras do antipetismo dotadas de influência nacional, que tornaram o estado uma das pontas de lança das políticas neoliberais e um dos mais importantes redutos do bolsonarismo. Por isso, diante do esvaziamento da força política da direita tradicional – representada especialmente pelo PSDB e, no estado, por Beto Richa e Álvaro Dias –, os políticos de direita do estado, mesmo quando não alinhados com a totalidade da pauta bolsonarista, têm apoiado Bolsonaro e, especialmente pela afinidade com o mais duro neoliberalismo, feito frente eleitoral com seus asseclas. Este é o caso de Ratinho Jr., que, de fato, é o atual preposto oficial do mercado – e, portanto, dos interesses privados – no governo estadual, cujas ações ultraliberais e de caráter autocrático visam à erosão dos poucos traços republicanos de orientação para o interesse público. Em seu governo, também marcado pela tomada de medidas antissindicais – cujos decretos cancelando a cobrança de mensalidades sindicais na folha de pagamento exemplificam bem –, não são feitas audiências públicas e nem debates com a população sobre temas fundamentais de interesse público, o que demonstra a feição retrógrada e autocrática de um governo que visa passar à população uma imagem oposta, como se fosse moderno e democrático.

Quanto aos prognósticos, a guerra da Ucrânia aumentou substancialmente a instabilidade política e econômica – como a elevação dos preços de muitas *commodities* e a ampliação da desorganização de cadeias produtivas globais ocorrida com a pandemia –, podendo ter desdobramentos imprevisíveis em ambas as esferas, especialmente mediante uma eventual entrada direta dos países da Otan ou da China no conflito bélico. Mas, a despeito disso, as previsões econômicas para o próximo ano já são sombrias, com inflação alta e crescimento baixo em todo o mundo, especialmente nas economias dos países centrais.

No Brasil, não há certeza de que o enfraquecimento momentâneo do bolsonarismo, resultante da derrota eleitoral de Bolsonaro para a presidência da república, resultará numa efetiva derrota do movimento bolsonarista, que é a face mais forte e estrepitosa do fascismo no país. Igualmente, nem também pode-se cravar que o espaço aberto por esse enfraquecimento será ocupado pelo neoliberalismo conservador (Tarcísio, Zema, Cláudio Castro) ou pela direita liberal tradicional (Leite). De certo mesmo, apenas que, em qualquer dos casos, o amplo espectro da direita fisiológica ocupará seu espaço nas bases governistas, tanto no governo federal quanto nos governos estaduais.

Nesse sentido, muito menos ainda é possível prever se,

ante a permanência da crise econômica e a impossibilidade de melhorar as condições de vida das massas populares, a ampla composição de apoio ao governo Lula vai se sustentar ou se esfacelar nos próximos anos, lançando nos ombros do PT e da esquerda em geral o ônus político da crise capitalista e, assim, escancarando as portas para o retorno da extrema-direita ao centro do poder político.

Em nosso estado, a reeleição de Ratinho Jr. aumentou os desafios do funcionalismo na luta por salários, condições de trabalho e em defesa dos serviços públicos. Sob muitos aspectos, seu governo consiste numa continuidade piorada do governo Beto Richa. Não é casual, portanto, que, com ele, as servidoras e os servidores estaduais acumulem uma defasagem salarial que beira os 37% e tenham tido violação dos seus direitos nos últimos anos, bem como tenha avançado o processo de desmonte e mercantilização dos serviços públicos, cujos mais recentes ataques são a entrega de 27 escolas estaduais para empresas privadas de educação, a terceirização dos serviços nas penitenciárias e da gestão de hospitais estaduais, a privatização de três hospitais públicos construídos durante a pandemia e, mais recentemente, uma lei que permite que organizações sociais assumam a gestão dos hospitais universitários. Além disso, houve a criminoso privatização da maior empresa do estado (Copel) e a criação de secretarias e 450 cargos a serem ocupados (sem concurso público) para acomodar apaniguados locais e defenestrados do governo federal que ficaram desempregados com a derrota eleitoral de Bolsonaro. Não bastasse isso, manteve absurdas renúncias fiscais em favor das grandes empresas fiscais (em torno de 17 bilhões de reais ao ano) e trocou o aumento de tributos do agronegócio (que afetaria só os muito ricos) pelo aumento do ICMS (que afeta a todos os paranaenses, sobretudo os mais pobres). Portanto, a truculência, a retirada e a negação de direitos aos servidores públicos são faces do *modus operandi* do governo de Ratinho Jr. em seu desmonte dos serviços públicos.

Por fim, se a derrota de Bolsonaro significou uma importante vitória momentânea contra o reacionarismo da extrema-direita e os aspectos mais deletérios das políticas neoliberais, nada indica que estejamos numa conjuntura de combate e inversão dessas políticas, nem também que os próximos anos serão menos desfavoráveis às trabalhadoras e aos trabalhadores. Isso significa que, seja em âmbito nacional ou estadual, a situação é difícil e complexa, e a resolução positiva dessa crise depende das lutas de classes e de seus desdobramentos.



EXPEDIENTE

Jornal publicado pelo Sindiprol/Aduel -
Seção Sindical do Andes-SN
sindicato@sindiproladuel.org.br
www.sindiproladuel.org.br

Jornalista responsável
Guilherme Bernardi
MTB: 0012015/PR

Impressão: Idealiza
Tiragem: 1.500
exemplares

Diretoria Executiva
Presidente
Ronaldo Gaspar
Vice-Presidente
César Bessa
1º Secretária
Fernanda Mendonça
1º Tesoureira
Lorena Portes
2º Tesoureira
Carlos Caldarelli

Suplentes da Executiva
1º Suplente
Eliel Machado
2º Suplente
Renato Barbosa
3º Suplente
Moisés de Oliveira
4º Suplente
Luiz Carlos "Nenê" Jeolás

Conselho Fiscal
1ª Conselheira
Marselle Nobre de Carvalho
2ª Conselheira
Fernanda Forte de Carvalho

Suplentes do Conselho Fiscal
1ª Suplente
Maria Inês Nobre Ota
2ª Suplente
Ângela Lamas



No dia 2 de dezembro de 2022, no Centro de Vivência do Sindiprol/Aduel, as e os delegados presentes debateram e construíram o documento aqui publicado, cuja tese havia sido inicialmente apresentada pela diretoria da seção sindical

2. Impasses da luta sindical

Como é de amplo conhecimento, as décadas de neoliberalismo (privatizações; retirada de direitos; redução, desmonte ou mercantilização de políticas e órgãos públicos; mudança do escopo das políticas e serviços públicos: de universais para focalizados etc.) e de reestruturação produtiva (em síntese, as novas formas de estruturação técnica e organizacional dos processos de trabalho, as quais foram possibilitadas tanto pela informática, novas tecnologias de informação, novos materiais etc. quanto pela terceirização, novas modalidades de jornada e contrato de trabalho, autonomia procedimental nos locais de trabalho, recrudescimento da informalidade,

dentre outras mudanças) produziram efeitos profundos sobre a composição econômica e profissional e a organização sindical da classe trabalhadora. Simultaneamente, as lutas contra a opressão se desconectaram amplamente das – isso quando não se tornaram abertamente hostis às – lutas e demandas econômicas da classe trabalhadora, ampliando as dificuldades para a organização sindical e política desta.

Sobre os resultados dos processos acima descritos, há uma ampla literatura especializada. Esses fenômenos não são paralelos, mas constituem um complexo de relações causais. No entanto, sem menosprezar a importância de outros aspectos – como a burocratização sindical e a erosão das perspectivas revolucionárias no horizonte da luta política –, cabe-nos aqui apenas salientar que a fragmentação/desorganização da classe trabalhadora ocorrida sob a ofensiva do capital contra o trabalho e a dificuldade de internalizar as pautas das lutas contra a opressão ao escopo das lutas sindicais e políticas classistas tiveram como resultados, dentre outros, o retrocesso na

organização sindical, a redução tendencial do número e duração das greves – fato não alterado pelo pequeno crescimento na transição das décadas de 2000/2010 – e, por conseguinte, o aumento da desigualdade social – inclusive, com redução do valor real da renda média dos trabalhadores –, sendo que os trabalhadores das empresas privadas foram afetados ainda mais duramente do que as servidoras e os servidores públicos.

No Paraná, em meio aos ataques dos governos Beto Richa e Ratinho Jr. e no contexto da pandemia, houve muito esforço para a reconstrução ou sustentação das seções sindicais e suas direções. Como parte do Andes-SN, as seções sindicais mantêm relações estreitas entre si. Inclusive, a aproximação do Sindiprol/Aduel do Andes-SN e a sua consequente transformação de sindicato independente em uma seção sindical foram importantes tanto para auxiliar no soerguimento do Sindunespar e compor o Comando Sindical Docente (CSD) quanto para fortalecer a organização e a luta dos docentes das IEES paranaenses.

3. A situação da organização sindical nas bases do Sindiprol/Aduel

Desde a greve de 2015, marcada pelo massacre do centro cívico, que, embora não tenha conseguido barrar a apropriação de 8,1 bilhões de reais pelo estado do dinheiro da previdência dos servidores públicos, obteve uma importante reposição salarial, as lutas sindicais vivem um período de descenso. De lá para cá, embora tenha ocorrido a greve de 2019 – infelizmente, com pífio resultado salarial –, o descenso continuou e foi agravado pelas circunstâncias impostas pela pandemia – como o distanciamento social e o trabalho online –, culminando atualmente em assembleias esvaziadas e na enorme dificuldade em conseguir a participação dos docentes nas atividades e lutas sindicais.

Nesse interim, a transformação do Sindiprol/Aduel de sindicato para uma seção do Andes-SN melhorou muito a sua relação com as seções sindicais paranaenses, assim como possibilitou contatos e aprendizados com a situação das universidades de outros estados e as suas experiências sindicais. Com a contratação de um jornalista,

que potencializou a abrangência e deu mais regularidade à nossa comunicação, essa integração também ajudou a ampliar o campo temático das nossas publicações. Mas, apesar disso, consideramos que ainda falta avançar muito nessa integração com o Andes-SN, especialmente para aumentar a nossa presença e influência nas instâncias de deliberação do Sindicato Nacional.

Sobre essa relação com o Andes, cabe salientar também a deliberação pelos docentes da Unespar-Apucarana em unificar a base de docentes da Unespar sob a direção sindical do Sindunespar. Em concordância com o preceito do Andes-SN de organização sindical dos trabalhadores em seu local de trabalho, essa decisão foi fortemente apoiada pela direção do Sindiprol/Aduel. Portanto, desde o início de 2022, os docentes da Unespar-Apucarana não estão mais na nossa base sindical.

No âmbito estadual, o Sindiprol/Aduel compõe o Fórum das Entidades Sindicais (FES) – inclusive, com um dos seus diretores fazendo parte da coordenação executiva –,

entidade que detém o protagonismo nas lutas sindicais que abrangem os interesses da totalidade dos servidores públicos estaduais paranaenses. Por sua vez, na região de Londrina, também compõem o Coletivo de Sindicatos da cidade, que tem desenvolvido atividades de destaque na organização e nas lutas sindicais e populares, especialmente contra as políticas do governo Bolsonaro.

Outro aspecto importante que tem impactado na nossa organização de base (e no número de filiados) é a aposentadoria de docentes, pois as consequências negativas dessa saída de docentes com larga experiência sindical são agravadas pela dificuldade na atração de novos docentes para compor a diretoria e os representantes de base nos centros. Na UEL, esse problema é muito sério, tanto que hoje a nossa representação por centros é praticamente inexistente.

Não bastasse isso, a própria diretoria do Sindiprol/Aduel tem sofrido com vários problemas, dentre os quais destacamos, de um lado, a saída precoce ou mesmo a não integração de membros da diretoria eleita à atividade sindical; de outro, a precária adesão de vários membros

4. Um novo momento

Diante da exposição do cenário político e sindical apresentado, enfrentamos o enorme desafio de recompor as forças combativas para adensar as lutas contra os ataques constantes aos servidores públicos e, especialmente, à categoria docente das universidades estaduais públicas paranaenses. Sendo assim, a tarefa que precisamos urgentemente realizar é a mobilização política da categoria, o chamamento às manifestações sindicais, a participação nas atividades construídas e a intensificação das pressões que teremos que realizar para não sermos esmagados por um governo estadual que vem, veementemente, desmantelando nossos direitos e rebaixando as universidades públicas aos moldes desenhados pela Lei Geral das Universidades (LGU).

A reorganização política e a aproximação da seção sindical com a base que representa pressupõem uma mobilização interna, ou seja, retomar a representação por centros de estudos, ampliar a participação da categoria docente nas assembleias, enfatizar os efeitos nocivos da LGU no cotidiano profissional, enfrentar as ações e políticas internas de precarização do trabalho – como

da diretoria às tarefas e ao cotidiano da prática sindical, quase sempre secundarizada em relação às atividades acadêmicas. Igualmente, especialmente na Uenp, onde, conforme deliberação do último congresso e compromisso assumido pela diretoria atual, apostamos bastante na composição de um grupo embrionário para a construção de uma seção sindical circunscrita à base de docentes daquela universidade, tivemos o dissabor da concorrência dos cargos da administração. Isso porque a eleição de nova reitoria e o convite para ocupar cargos tiveram como resultado a saída de diretores que, no caso de alguns, até então, tinham atuação destacada nas atividades sindicais.

Enfim, essas são algumas das características e dificuldades da organização da diretoria e da base sindical do Sindiprol/Aduel. No entanto, apesar das dificuldades apontadas, as quais não são novidade na organização sindical, mas que se intensificam a depender da conjuntura, é preciso destacar que sem a luta e a organização política e sindical a categoria docente não tem condições de enfrentar, pressionar e defender seus direitos e defender a própria universidade.

ocorre atualmente com a distribuição da carga horária dos docentes com contratos temporários –, fomentar a participação dos docentes nas atividades propostas pelo Sindiprol/Aduel na defesa intransigente dos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores e realizar um trabalho político e, ao mesmo tempo, pedagógico para sensibilizar docentes a se filiarem à seção sindical.

Outra tarefa fundamental é a recomposição da diretoria do Sindiprol/Aduel. Reconhecendo a importância de protagonistas históricos na luta sindical que contribuíram imensamente nas pautas e enfrentamentos construídos, é preciso avançar e renovar os quadros sindicais. Teremos eleições para a nova diretoria do Sindiprol/Aduel no começo de 2023 e, para tanto, é urgente o diálogo e a articulação para a composição de uma nova chapa.

Portanto, ampliação da sindicalização na categoria, renovação dos quadros da diretoria e reorganização da base são, ao mesmo tempo, condição e consequência da necessária retomada das lutas diretas – manifestações, ocupação das ruas e greves.



Delegadas e delegados eleitos para o VI Congresso:

Desafios da organização e mobilização sindical nas bases do Sindiprol/Aduel

UEL

Medicina Veterinária Preventiva

Ana Paula F. R. L. Bracarense

Zootecnia

Carolina Amália de Souza D. Muniz

Ciências Sociais

Ariovaldo Oliveira Santos

Elsio Lenardão

Rodrigo Bischoff Belli

Ronaldo Gaspar

Línguas Estrangeiras e Modernas

Jaciarla Souza da Silva

Marcia Rorato

Administração

Benilson Borinelli

Luis Artur Bernardes da Rosa

Direito Público

Antônio Carlos Lovato

César Bessa

Eduardo Figueiredo

Reginaldo Melhado

Renato Lima Barbosa

Serviço Social

Debora Braga Zagabria

Lorena Ferreira Portes

Melissa Ferreira Portes

Comunicação

Manoel Dourado Bastos

Rodolfo Rorato Londero

Rozinaldo Antonio Miani

Educação Física

Ronaldo José Nascimento

Arquitetura e Urbanismo

Gilson Jacob Bergoc

Oigres Leici C. de Macedo

Construção Civil

Deize Dias Lopes

Estruturas

Nilson Magagnin Filho

Uenp Bandeirantes

Ana Lúcia De Grandi

Aposentados

Evaristo E. Colmán Duarte

Maria Inês Nobre Ota

Silvia Alapanian